

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO REFEIÇÃO PARA A PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. ("PPSA").

Número: DAFC-016/2023

Emissão:
05/09/2023

Versão
01

1. Objeto
2. Justificativa
3. Dados Referenciais
4. Especificação do Objeto
5. Qualificação da Proponente
6. Obrigações da **CONTRATADA**
7. Obrigações da **PPSA**
8. Garantia Contratual
9. Local de Prestação dos Serviços
10. Prazo de Execução e Vigência do Contrato
11. Condições de Habilitação
12. Condições de Faturamento e Pagamento
13. Quantidades e Custos estimados
14. Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato
15. Matriz de Riscos
16. Sanções Administrativas
17. Atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD")
18. Das declarações e Garantias Anticorrupção
19. Anexos

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de fornecimento do benefício de auxílio refeição, por demanda, para o Escritório Central da **PPSA**, localizado na cidade do Rio de Janeiro – RJ e para a sua Sede, localizada em Brasília – DF.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. Visando a atender ao previsto no Estatuto Social da **PPSA** e oferecer condições adequadas de competitividade no mercado de trabalho, de busca e retenção de melhores profissionais, está sendo proposta a contratação de serviços de fornecimento do benefício de auxílio refeição, em linha com as práticas do mercado de empresas governamentais.
- 2.2. A proposta contempla a concessão do benefício, utilizando-se do meio eletrônico, através dos cartões magnéticos ou cartões eletrônicos com chip, fornecidos por empresa especializada, a fim de facilitar o cotidiano dos empregados, quanto ao conforto e controle dos seus créditos, além de garantir, para a **PPSA**, maior segurança na administração de seus registros e controles, com relação aos pedidos e pagamentos.

3. DADOS REFERENCIAIS

- 3.1. A Pré-Sal Petróleo (**PPSA**) é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério das Minas e Energia (“MME”), criada por meio do Decreto nº 8.063/2013 de 1º de agosto de 2013, submetida ao regime próprio das Sociedades Anônimas, tem por objeto a gestão dos contratos de Partilha de Produção, celebrados pelo MME, gestão dos contratos para comercialização de Petróleo, de Gás Natural e de outros hidrocarbonetos fluidos e representação da União nos Acordos de Individualização da Produção (AIPs).
- 3.2. O art. 34, da Lei nº 13.303/2016, determina que o valor estimado do contrato a ser celebrado seja sigiloso, razão pela qual este valor não está sendo divulgado.
- 3.3. A **PPSA** concede a seus empregados e diretores o benefício denominado Auxílio Refeição cujos valores são definidos pelo Conselho de Administração e aprovados pela Secretaria de Controle e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento e Orçamento – SEST/MPO.
- 3.4. A atual prestadora dos serviços objeto dessa licitação é a empresa SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

- 4.1. O benefício deverá ser fornecido na forma de créditos em cartão dotado de trilha magnética ou cartão eletrônico com chip, mediante uso de senha, que serão utilizados para pagamento de refeições em restaurantes e assemelhados.
- 4.2. Os cartões deverão ser utilizados em estabelecimentos credenciados, e deverão conter a razão social da **PPSA**, o nome completo do empregado usuário, o prazo de validade, e a identificação da **CONTRATADA**.
- 4.3. Os cartões deverão permitir que os usuários identifiquem seus saldos atualizados no momento da efetivação de cada despesa.
- 4.4. Os cartões deverão ser entregues na Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo, situada na Av. Rio Branco, nº 1 – 4º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, nos dias úteis no horário de 9:00 às 11:00 e de 14:00 às 17:00 horas.
 - 4.4.1. Os cartões deverão ser entregues em até 07 (sete) dias úteis, quando da primeira entrega e em até 5 (cinco) dias úteis nos casos de reemissão. A **PPSA**, mediante empregado previamente designado, solicitará a entrega de cartões por e-mail ou outro meio hábil de comunicação.
 - 4.4.2. A recarga dos cartões deverá estar disponível em até 03 (três) dias úteis a contar da solicitação enviada pela **PPSA**, da qual deverá constar o nome completo dos empregados usuários e o valor dos créditos.
- 4.5. Os créditos mensais do valor do benefício deverão estar disponíveis até o último dia útil do mês anterior ao de competência, de forma a garantir a natureza pré-paga dos valores a serem disponibilizados aos trabalhadores, observados os prazos estabelecidos no item 4.4.
- 4.6. Todas as despesas para confecção dos cartões (emissão ou reemissão) deverão estar inclusas na Taxa de Administração.
- 4.7. A **PPSA** poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, solicitar à **CONTRATADA**, alteração nos valores do carregamento do crédito ou na quantidade de cartões e nomes dos usuários.
- 4.8. Os serviços serão solicitados mensalmente de acordo com as necessidades da **PPSA**, ficando desobrigada da solicitação em sua totalidade.

5. QUALIFICAÇÃO DA PROPONENTE

5.1. Relativo à Qualidade Técnica:

- 5.1.1. Um ou mais atestados em nome da Proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado para as quais foram prestados os serviços de fornecimento de auxílio refeição, na forma de cartões magnéticos e/ou cartões eletrônicos com chip, compatíveis com os serviços licitados, com qualidade satisfatória.

5.1.2.Comprovante de Cadastro no Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT, na modalidade refeição.

5.1.3.Comprovar, até a data da assinatura do futuro Contrato, que possui rede de estabelecimentos comerciais credenciados ao Sistema de Refeição, com no mínimo 400 (quatrocentos) restaurantes e assemelhados credenciados, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, onde está situado o Escritório Central e 300 (trezentos) credenciados em Brasília, localizados na Região Central do Plano Piloto, onde está situada a sede da **PPSA**.

5.2. **Relativo à Qualificação Econômico-Financeira:**

5.2.1.Balanco Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE (“DRE”), Recibo de Entrega e Termo de Abertura/Encerramento do último exercício social, retirados do Sistema Público de Escrituração Digital (“SPED”), que comprovem que a empresa possui patrimônio líquido positivo, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Para garantir o fiel cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** comprometer-se-á a cumprir rigorosamente todas as obrigações assumidas em sua proposta, no edital e no contrato, e ainda:

6.1.1.Colocar à disposição da **PPSA** os cartões magnéticos/eletrônicos com chip nas quantidades e valores solicitados, carregados, personalizados com a razão social da **PPSA**, em embalagens devidamente identificadas, na data definida no pedido, respeitando-se os prazos operacionais mínimos no item 4.4, a partir da data do efetivo recebimento do pedido de fornecimento, salvo motivo de força maior alheio à vontade da empresa, bem como no prazo definido no item 4.5.

6.1.2.Fornecer um código eletrônico secreto e individualizado, para cada cartão encaminhado ao beneficiário, em envelope lacrado, constituindo sua utilização assinatura eletrônica do empregado.

6.1.3.Fornecer guia de utilização dos cartões de refeição.

6.1.4.Possuir um sistema automatizado de pedidos via Internet através do qual a **PPSA** possa solicitar recargas, verificar os pedidos efetuados, emitir protocolos de recebimento e realizar outras operações que sejam necessárias.

6.1.5.Manter as redes de estabelecimento nos níveis pré-estabelecidos no item 5.1.3, ao longo da vigência do Contrato.

6.1.6.Manter atualizada a relação dos estabelecimentos filiados ao sistema e com os quais mantenha convênio, informando mensalmente à **PPSA** as inclusões, exclusões e alterações nas firmas conveniadas.

6.1.7.Reembolsar, pontualmente, os estabelecimentos credenciados, pelo valor dos cartões utilizados durante o período de validade, independentemente da vigência do contrato, ficando estabelecido que a **PPSA** não responde solidária ou subsidiariamente por esse reembolso, que é de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**.

- 6.1.8. Fiscalizar os estabelecimentos integrantes de sua rede, a fim de que apresentem condições de atendimento dos serviços satisfatoriamente a partir do recebimento dos cartões magnéticos/eletrônicos, descredenciando aqueles estabelecimentos que não prestarem serviços satisfatórios.
- 6.1.9. Cancelar o credenciamento dos estabelecimentos comerciais que não cumprirem as exigências sanitárias e nutricionais e, ainda, que por ação ou omissão, concorrerem para o desvirtuamento do PAT, mediante o uso indevido dos documentos de legitimação ou outras práticas irregulares.
- 6.1.10. Manter um elevado padrão de qualidade e segurança no processo de impressão e crédito nos cartões, a fim de evitar qualquer tipo de falsificação ou fraude.
- 6.1.11. Manter em funcionamento Central de Atendimento Telefônico – Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC, para prestar informações, receber comunicações de interesse da **PPSA** e de seus beneficiários, em especial, solicitação de bloqueio dos cartões.
- 6.1.12. Efetuar o bloqueio imediato, em caso de perda, furto, roubo ou extravio do cartão, a partir da comunicação através de Central de Atendimento.
- 6.1.13. Emitir segunda via dos cartões em caso de perda, furto, roubo ou extravio do cartão e efetuar a transferência de saldo remanescente para o novo cartão.
- 6.1.14. Assumir inteira responsabilidade pelas perdas materiais dos cartões, decorrentes de furto, roubo, apropriação indébita, estelionato, extravio, perecimento, golpe, fraude, clonagem, erros e defeitos de impressão ou inutilização parcial ou total dos cartões, em razão dos atos dolosos ou culposos praticados por seus empregados e/ou terceiros, até o momento do recebimento pela **PPSA**.
- 6.1.15. Repor os cartões que porventura não chegarem à **PPSA**, por qualquer dos motivos apresentados no subitem 6.1.14, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para que os compromissos da **PPSA** junto aos seus empregados sejam concretizados.
- 6.1.16. Acionar imediatamente as autoridades policiais, em casos de ações delituosas, prestando todos os esclarecimentos de que dispuser, de forma que subsidie a investigação policial e a instrução do respectivo inquérito, em todas as suas fases, auxiliando na elucidação do fato.
- 6.1.17. Apresentar relatórios específicos, nos casos de ocorrências previstas no subitem 6.1.16, esclarecendo de forma circunstanciada e pormenorizada, todos os fatos, situações e informações sobre o delito. Este relatório será encaminhado à Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo da **PPSA**, nos dias úteis no horário das 9:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00 horas.
- 6.1.18. Designar formalmente um representante (preposto) com poderes para decidir, junto à **PPSA**, todas as questões relacionadas com o contrato.
- 6.1.19. Efetuar o pagamento de seguros, tributos e de toda e qualquer despesa referente ao serviço prestado.
- 6.1.20. Atender a todas as observações, reclamações e exigências efetuadas pela **PPSA** no sentido do cumprimento do contrato e da melhoria dos serviços pactuados.

6.1.21. Garantir a validade dos cartões e dos créditos correspondentes, até o final do terceiro mês posterior à data do último carregamento.

6.1.22. Prorrogar a validade dos cartões que apresentarem créditos após o período previsto no item 6.1.21, mediante determinação da **PPSA**, nos casos de afastamento dos respectivos beneficiários.

6.1.23. Devolver à **PPSA** os valores correspondentes aos créditos não utilizados e não compreendidos nos itens 6.1.21 e 6.1.22, que, na qualidade de instituidora do benefício, possui o direito à restituição das quantias.

6.1.24. Encaminhar ao fiscal do contrato a garantia prevista no item 8.

7. OBRIGAÇÕES DA PPSA

7.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de funcionário especialmente designado (fiscal do contrato), que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao referido contrato.

7.2. Indicar o empregado que formalizará os pedidos e será responsável pelo recebimento dos cartões solicitados.

7.3. Informar mensalmente à **CONTRATADA** o valor do crédito por cartão e nome completo dos empregados beneficiados.

7.4. Cuidar da distribuição e entrega dos cartões a seus empregados, bem como orientá-los sobre a sua correta utilização.

7.5. Manter sob sua guarda e controle os cartões enquanto não distribuídos aos seus empregados.

7.6. Informar as necessidades de credenciamento de estabelecimentos comerciais.

7.7. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** nas condições e preços pactuados, desde que atendidas as formalidades necessárias.

7.8. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços contratados.

7.9. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração ou do endereço de cobrança.

7.10. Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência irregular relacionada com a execução dos serviços.

7.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

8. GARANTIA CONTRATUAL

- 8.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **PPSA**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato com prazo de validade de 90 (noventa) dias após o encerramento do Contrato, em uma das modalidades dispostas no § 1º do Art. 108 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **PPSA** ("RILC-PPSA"), quais sejam:
- a) Caução em dinheiro;
 - b) Fiança bancária; ou
 - c) Seguro-garantia.
- 8.2. Na hipótese da alínea "a" do item 8.1, a garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, sendo atualizada monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas.
- 8.3. A **PPSA** poderá utilizar a garantia para ressarcir os custos decorrentes de quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos oriundos da ação ou omissão da **CONTRATADA**.
- 8.4. Aplica-se o disposto no item 8.3 aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.
- 8.5. A garantia deve ser renovada e atualizada no caso de substancial modificação do valor total contratado, mantido o mesmo percentual do item 8.1.
- 8.5.1. Ocorrendo modificações no valor total pactuado, a **CONTRATADA** deverá apresentar, em até 30 (trinta) dias corridos da assinatura do Termo Aditivo, a garantia contratual atualizada.
- 8.6. A inobservância dos prazos fixados para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 8.7. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.
- 8.8. Será considerada extinta a garantia:
- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia acompanhada de declaração da **PPSA**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato; ou
 - b) No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, caso a **PPSA** não comunique a ocorrência de sinistros.
- 8.9. No caso de garantia na modalidade de Carta de Fiança, deverá constar da mesma expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do art. 827 do Código Civil.
- 8.10. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pela **PPSA**, em pagamento de multa que lhe tenha sido aplicada ou outra situação prevista contratualmente e legalmente, a

CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que a **CONTRATADA** tiver sido notificada.

- 8.11. A **PPSA** poderá executar a garantia junto à instituição garantidora durante a vigência contratual e em prazo não superior a 90 (noventa) dias após o fim de tal vigência.

9. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1. Os serviços serão prestados nas cidades do Rio de Janeiro/RJ e de Brasília/DF.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 10.1. O contrato a ser firmado entre a **PPSA** e a **CONTRATADA** terá prazo de execução e vigência de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura. Este prazo poderá ser antecipado, desde que comunicado pela parte interessada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.

11. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

- 11.1. A **CONTRATADA** deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12. CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

- 12.1. Uma vez processado o pedido mensal e creditado os respectivos valores, a **CONTRATADA** providenciará a emissão da Nota Fiscal para pagamento.
- 12.2. A **PPSA** pagará à **CONTRATADA** os valores contratados mediante apresentação de documento de cobrança válido, devidamente discriminado, e do correspondente boleto bancário de pagamento.
- 12.3. O prazo para pagamento é de 15 (quinze) dias, a contar a partir da apresentação pela **CONTRATADA**, e aceitação pela **PPSA**, dos documentos de cobrança.

13. QUANTIDADES E CUSTOS ESTIMADOS

- 13.1. O valor atual mensal do benefício é de R\$ 527,50 (quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos) por empregado e de R\$ 1.006,05 (hum mil, seis reais e cinco centavos) por dirigente da empresa. São previstos reajustes anuais – a partir de 2024, conforme apresentado na tabela do item 13.3.
- 13.2. Poderá ser considerada, por força de Acordo Coletivo de Trabalho ou decisão da Diretoria Executiva, a concessão de créditos adicionais do benefício, por beneficiário.
- 13.3. O valor total estimado com o benefício de auxílio refeição para os cinco anos de contrato é de R\$ 5.742.484,46 (cinco milhões, setecentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), conforme a seguir:

Empregados				
Período	Beneficiários	Valor Mensal (R\$)		Valor total do período (R\$)
		Por beneficiário	Total	
Primeiro ano	112	527,50	59.080,00	708.960,00
Segundo ano	147	548,60	80.644,20	967.730,40
Terceiro ano	178	570,54	101.556,83	1.218.681,98
Quarto ano	178	593,37	105.619,11	1.267.429,26
Quinto ano	178	617,10	109.843,87	1.318.126,43
Subtotal 1 (5 anos)				5.480.928,08
Dirigentes				
Período	Beneficiários	Valor Mensal (R\$)		Valor total do período (R\$)
		Por beneficiário	Total	
Primeiro ano	4	1.006,05	4.024,20	48.290,40
Segundo ano	4	1.046,29	4.185,17	50.222,02
Terceiro ano	4	1.088,14	4.352,57	52.230,90
Quarto ano	4	1.131,67	4.526,68	54.320,13
Quinto ano	4	1.176,94	4.707,74	56.492,94
Subtotal 2 (5 anos)				261.556,38
Total sem taxa de administração (Total 1 + Total 2)				5.742.484,46

- 13.4. Para a prestação do serviço, caso seja cobrada taxa de administração pela CONTRATADA, o custo total estimado do benefício será o valor total conforme apresentado no item 13.3, acrescido da referida taxa.

14. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

- 14.1. A **PPSA** e a **CONTRATADA** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato em consonância com o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços, para restabelecer a relação que as Partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da **PPSA** para a justa remuneração da **CONTRATADA**, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 14.2. A revisão de preços na hipótese prevista no item 14.1, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no instrumento contratual poderá ser realizada por iniciativa da **PPSA** ou mediante solicitação da **CONTRATADA**, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado à **CONTRATADA** nos termos do item 15 – MATRIZ DE RISCOS.

15. MATRIZ DE RISCOS

- 15.1. A **PPSA**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelece os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo deste documento.
- a) É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da **CONTRATADA**.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Com fundamento nos arts. 129 e 130 do RILC-**PPSA**, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:
- I. Advertência;
 - II. Multa de:
 - a. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da **PPSA**, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - b. 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea “a”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

- c. 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida; e

III. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de contratar com a **PPSA**, por um período de até 2 (dois) anos.

16.2. Conforme art. 130 do RILC, as sanções previstas no inciso III do item 16.1. poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do contrato:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da Licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **PPSA** em virtude de atos ilícitos praticados.

16.3. Conforme art. 185 da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se, ainda, as disposições do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal).

16.4. As sanções serão registradas e publicadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (“SICAF”).

17. ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (“LGPD”)

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a observar, cumprir e respeitar, na sua integralidade, as normas de proteção e de tratamento de dados pessoais (“Dados”), conforme o disposto na legislação de proteção de dados pessoais vigentes e aplicáveis, identificadas como as “Leis de Proteção de Dados”, se vinculando integralmente a, exemplificativamente:

- a. Realizar tratamento, guarda e transmissão de Dados com finalidade, aplicação e respeito aos princípios e direitos fundamentais assegurados ao titular de Dados;
- b. Manter procedimentos internos condizentes com as melhores práticas para governança e a segurança dos Dados que são armazenados ou utilizados e porventura compartilhados com a **PPSA**, bem como observar garantir que seus projetos e/ou produtos são criados levando em conta as diretrizes e princípios da privacidade desde a concepção (“*privacy by design*”);
- c. Cumprir integralmente com os deveres dos agentes de tratamento que as Leis de Proteção de Dados lhe imputam, principalmente no que se refere à coleta do consentimento e existência de hipótese legal para tratamento dos Dados, e. g. com termos de uso e políticas de privacidade transparentes, adequadas e claras, considerando sempre a finalidade e demais princípios que justificam sua coleta, disponibilização e/ou tratamento; e
- d. Sempre aplicar em contratos, documentos e/ou acordos, escritos ou verbais, porventura firmados com quaisquer terceiros ou qualquer das suas afiliadas e/ou

subsidiárias, cláusulas semelhantes a essa, no intuito de disseminar a cultura do tratamento seguro de Dados e em conformidade com as Leis de Proteção de Dados.

- 17.2. A **CONTRATADA** compromete-se em manter a **PPSA** absolutamente indene de qualquer dano, prejuízo ou penalidade que possa vir a sofrer em decorrência de eventual infração às Leis de Proteção de Dados perpetrada pela **CONTRATADA**.
- 17.3. Caso ocorra qualquer incidente na **CONTRATADA** envolvendo os dados tratados juntamente com a **PPSA** (como violação de segurança, acessos não autorizados, perda, destruição etc.), a **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente o fato através do e-mail da DPO (dpo@ppsa.com.br) em até 24h (vinte e quatro horas), comprometendo-se, ainda, a auxiliar a **PPSA** em quaisquer questões envolvendo dados pessoais tratados entre as organizações.
- 17.4. A **CONTRATADA** compromete-se que, ao subcontratar atividades envolvendo os dados pessoais, realizará contrato escrito contendo as mesmas obrigações impostas pelo contrato que vier a assinar com a **PPSA** em relação à **CONTRATADA**, inclusive quanto às medidas técnicas e de segurança das informações/dados pessoais que o subcontratado deverá implementar.

18. DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS ANTICORRUPÇÃO

- 18.1. A **CONTRATADA** declara que está ciente e entende os termos da legislação anticorrupção brasileira, especialmente da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/2015, da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 8.945/2016, bem como de outras normas anticorrupção constantes do ordenamento jurídico.
- 18.2. A **CONTRATADA** declara que está ciente e entende a incidência e as consequências da incidência da legislação anticorrupção sobre o objeto do futuro contrato e se compromete a abster-se da prática de atos que constituam violação aos normativos supramencionados.
 - 18.2.1. A **CONTRATADA** se obriga, por si e por seus administradores, diretores, empregados e agentes, bem como por sócios que venham a agir em seu nome, a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do futuro contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.
 - a) Na execução do futuro contrato, nem a **CONTRATADA**, nem qualquer de seus administradores, diretores, empregados e agentes, bem como sócios que venham a agir em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direto ou indireto, de dinheiro ou coisa de valor a qualquer pessoa física ou jurídica com a finalidade de influenciar ato ou decisão de qualquer pessoa física ou jurídica, ou para assegurar vantagem indevida, ou que violem as disposições dessa cláusula ou da legislação brasileira.
 - 18.2.2. A **CONTRATADA** deverá, obrigatoriamente, comunicar alteração na direção ou gestão da empresa, bem como comunicar qualquer ilícito em que esteja envolvida.
 - 18.2.3. Caso não possua um código de conduta próprio ou normativo com a mesma finalidade, a **CONTRATADA** declara, por si e por seus administradores, diretores, empregados e agentes, bem como por sócios que venham a agir em seu nome, que tem conhecimento, concorda e que

agirá de acordo com os termos do Código de Conduta e Integridade da **PPSA**, parte integrante do futuro contrato.

Link: Código de Conduta e Integridade da **PPSA**:

http://www.presalpetroleo.gov.br/ppsa/conteudo/codigo_conduta_integridade.pdf

18.2.4. Em caso de subcontratação, a **CONTRATADA** compromete-se a exigir dos subcontratados o cumprimento das obrigações dessa cláusula.

18.2.5. A **CONTRATADA** declara que:

- a) não violou, está violando ou violará os termos dessa cláusula; e
- b) conhece as consequências de tal violação.

18.2.6. O descumprimento dessa cláusula pela **CONTRATADA** poderá ensejar a rescisão imediata do futuro contrato, independentemente de prévia notificação, sem prejuízo das demais penalidades previstas no contrato.

19. ANEXOS

19.1. Integra o presente Termo de Referência o Anexo A – Matriz de Riscos; e

19.2. Anexo B - Planilha de Preços.

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2023.

Elaborado por:

De Acordo:

Sebastião Rezende
Assessor Especial | Administração de Contratos

Ivete Terra Nunes
Gerente de RH e Suporte Corporativo

Aprovado por:

Samir Passos Awad
Diretor de Administração, Finanças e Comercialização

ANEXO A - AO TERMO DE REFERÊNCIA Nº DAFc.016/2023 – MATRIZ DE RISCOS

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro Contratado	Planejamento tributário.	Contratado
	Elevação de gastos devido a reemissões de cartões decorrentes de extravio e/ou dano/falha	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento contratual	Contratado
	Perdas decorrentes de gastos relativos a fraudes/clonagem de cartões	Redução do lucro contratado	Planejamento empresarial	Contratado
	Variação na demanda estimada, com alterações nas quantidades de beneficiários e/ou valores de face	Aumento ou diminuição do lucro contratado	Planejamento contratual	Contratado
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento empresarial.	Contratado
Risco atinente ao Tempo de Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Diligência do Contratado na execução contratual.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela PPSA , que comprovadamente repercuta no preço do Contratado	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão de preço.	PPSA